

MARIA RITA FERRAGUT

Livre-docente em Direito Tributário pela USP; Mestre e Doutora em Direito Tributário pela PUC-SP. Professora de Direito Tributário no IBET e PUC/Cogea. Advogada.

RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA

4ª edição revista, atualizada e ampliada

Prefácio de Paulo de Barros Carvalho

2020

editora e livraria
NOESES

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

F42r
4. ed.

Ferragut, Maria Rita
Responsabilidade tributária / Maria Rita Ferragut. - 4. ed., rev., atual. e ampl. -
São Paulo : Noeses, 2020.

336 p.
ISBN 978-85-8310-141-3

1. Direito tributário - Brasil. 2. Responsabilidade (Direito) - Brasil. I. Título.

19-61106

CDU: 34:351.713(81)

Meri Gleice Rodrigues de Souza - Bibliotecária CRB-7/6439

SUMÁRIO

NOTAS À 4ª EDIÇÃO	VII
NOTAS À 3ª EDIÇÃO	IX
NOTAS À 2ª EDIÇÃO	XI
PREFÁCIO	XIII
INTRODUÇÃO	1

Capítulo I

RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA

1.1 Considerações iniciais	5
1.2 Conceito de sujeito passivo	6
1.3 Inexistência de previsão constitucional do sujeito passivo tributário	10
1.4 Responsabilidade civil: breve abordagem	11
1.5 Conceito de responsabilidade tributária	13
1.6 Reflexões sobre a desnecessidade da constituição do crédito perante o contribuinte, para o nascimento da norma de responsabilidade	15

MARIA RITA FERRAGUT

1.7	Limite constitucional e legal para a criação do responsável tributário	17
1.8	Responsabilidade tributária e o princípio da capacidade contributiva	20
1.8.1	Modalidades de repercussão jurídica: reembolso e retenção na fonte	24
1.9	A natureza jurídica da norma de responsabilidade: norma jurídica tributária ou não tributária; dispositiva ou sancionadora?	27
1.9.1	Nosso entendimento	30
1.10	Causas de existência da responsabilidade tributária	32
1.11	Classificação das normas de responsabilidade tributária	33
1.11.1	A classificação de Rubens Gomes de Sousa e a de Alfredo Augusto Becker	33
1.11.2	Nossa classificação	35
1.12	Extinção da responsabilidade tributária	36

Capítulo II

RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA POR SUBSTITUIÇÃO

2.1	Responsabilidade tributária por substituição....	39
2.2	Estrutura lógica da norma de substituição tributária	41
2.3	Espécies de substituição tributária	44
2.4	Titularidade do direito à restituição do indébito na substituição tributária	45

RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA

Capítulo III

RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA POR SOLIDARIEDADE

3.1 Responsabilidade tributária por solidariedade .	49
2.2 Estrutura lógica da norma de solidariedade.....	51
3.3 Art. 124, I, do CTN.....	52
2.4 Art. 124, II, do CTN	58
2.5 Do lançamento e da obrigação de a autoridade administrativa identificar todos os sujeitos que respondem pelo crédito tributário.....	60
3.6 Nulidade absoluta do lançamento na hipótese de cerceamento de defesa	64
3.7 Titularidade do direito à restituição do indébito na solidariedade	65

Capítulo IV

SUCESSÃO TRIBUTÁRIA NA FUSÃO, INCORPORAÇÃO E CISÃO DE SOCIEDADES E NA AQUISIÇÃO DE ESTABELECIMENTOS

4.1 Introdução.....	67
4.2 Estrutura lógica da norma de sucessão	68
4.3 Art. 132 do CTN: sucessão nas hipóteses de fusão, incorporação e cisão	69
4.4 Cisão e ausência de previsão legal expressa no CTN.....	74
4.4.1 Características da cisão e a responsabilidade por sucessão e por solidariedade	76

4.5	Art. 133 do CTN: sucessão na aquisição de estabelecimentos	80
4.5.1	Conceito de estabelecimento e as consequências fiscais de sua alienação	81
4.5.2	Incisos I e II do art. 133 do CTN	85
4.6	Anulação do negócio jurídico de aquisição do estabelecimento e a controvérsia sobre a contabilização dos débitos fiscais.....	87
4.7	Possibilidade de transferência da multa na responsabilidade por sucessão	89
4.8	Titularidade do direito à restituição do indébito na sucessão	92

Capítulo V

RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA DE TERCEIROS

5.1	Introdução.....	93
5.2	Conceitos necessários ao estudo da responsabilidade de terceiros: ilícito, infração, sanção, culpa e dolo.....	94
5.2.1	Culpa	98
5.2.2	Dolo	100
5.3	Art. 134 do CTN	103
5.4	Estrutura lógica da norma de responsabilidade (art. 134 do CTN).....	106
5.5	Responsabilidade dos sócios no caso de liquidação de sociedade de pessoas.....	107
5.5.1	O administrador não sócio sujeita-se à disciplina do inciso VII do art. 134 do CTN?...	110

RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA

5.5.2 Conclusões parciais.....	111
5.6 Art. 135 do CTN	111
5.7 Estrutura lógica da norma de responsabilidade (art. 135 do CTN).....	113
5.8 Da imprescindibilidade do dolo para a aplicação do art. 135 do CTN.....	114
5.9 O art. 135 do CTN não é hipótese de desconside- ração da personalidade jurídica.....	115
5.10 Elementos da responsabilidade tributária do administrador	117
5.10.1 Elemento pessoal: indivíduos sujeitos à responsabilidade.....	117
5.10.2 Elemento fático: condutas que geram a responsabilidade pessoal.....	123
5.10.2.1 Excesso de poderes.....	123
5.10.2.2 Infração do contrato social ou do estatuto	124
5.10.2.3 Infração de lei.....	125
5.10.2.3.a <i>Falta de pagamento de tributo: infração de lei, para os fins do art. 135 do CTN?</i>	126
5.10.2.4 Dissolução irregular da sociedade empresária	128
5.11 A importância das provas para o reconhecimento da responsabilidade pessoal do administrador .	130
5.11.1 A utilização das provas diretas e das presunções legais para a caracterização da responsabilidade de terceiros.....	132
5.12 Possibilidade de exigência das multas moratória e punitiva.....	134

5.13 Responsabilidade de terceiros e legitimidade ativa na restituição do indébito	134
--	-----

Capítulo VI

RESPONSABILIDADE POR INFRAÇÕES

6.1 Introdução.....	135
6.2 Art. 136 do CTN	135
6.3 Art. 137 do CTN	138
6.3.1 Art. 137, I, do CTN	139
6.3.2 Incisos II e III do art. 137 do CTN: tipos penais ou administrativos-tributários?	141
6.3.3 Art. 137, II, do CTN.....	142
6.3.4 Art. 137, III, do CTN	142
6.4 O art. 137 do CTN e a mera ausência de pagamento de tributo: responsabilidade do administrador?	144
6.5 Resumo das similaridades e das diferenças entre os arts. 135 e 137 do CTN.....	146

Capítulo VII

RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA DOS ADMINISTRADORES: OUTRAS QUESTÕES RELEVANTES

7.1 Execução fiscal: o administrador como sujeito passivo e a necessidade da inclusão de seu nome na certidão de dívida ativa.....	149
7.2 Inclusão do administrador na lide após a oposição dos embargos à execução fiscal: limites para a	

RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA

preservação da constitucionalidade e da legalidade desse procedimento.....	155
7.3 Decadência e inclusão do nome do administrador na Certidão de Dívida Ativa	157
7.4 Quem é o contribuinte na hipótese de interposição de pessoas?	158
7.5 Desnecessidade de propositura de ação de conhecimento para comprovação do ilícito praticado pelo administrador.....	160
7.6 Prescrição intercorrente para o redirecionamento da execução fiscal	161
7.7 Exceção de pré-executividade como forma de exclusão do nome do responsável do polo passivo da execução fiscal	167
7.8 Meio processual adequado para a defesa do administrador quando a exceção de pré-executividade não tiver cabimento: embargos de terceiro ou embargos à execução fiscal?.....	170
7.9 Considerações fundamentais sobre o processo falimentar, consequências legais decorrentes da quebra e algumas questões processuais relevantes envolvendo débitos fiscais.....	172
7.9.1 Responsabilidade tributária do administrador de sociedade falida	176
7.10 Meação do cônjuge não administrador e a questão da responsabilidade tributária de terceiros	178
7.11 Fraude contra credores: quando a doação dos bens do administrador a tipifica	182
7.12 Impossibilidade do redirecionamento da execução fiscal quando a pessoa jurídica não tiver bens suficientes para a quitação da dívida	184

MARIA RITA FERRAGUT

7.13 Confissão da dívida fiscal pela pessoa jurídica e responsabilidade pessoal do administrador.....	185
7.14 Responsabilidade do administrador pelo extravio e pela inutilização de documentos fiscais.....	187
7.15 Responsabilidade do ex-sócio pelas dívidas fiscais relativas a fatos jurídicos tributários ocorridos na época de sua administração. Perda ou não apresentação dos documentos fiscais pelos sucessores.....	189

Capítulo VIII

DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA E DE ATOS E NEGÓCIOS SIMULADOS

8.1 Teoria da desconsideração da personalidade jurídica	193
8.2 Art. 50 do Código Civil	198
8.3 Desconsideração de atos e negócios jurídicos e a Lei Complementar 104/2001	201
8.4 Atos e negócios jurídicos simulados e o art. 149, VII, do CTN	204
8.5 Síntese conclusiva da responsabilidade por atos lícitos e ilícitos	208

Capítulo IX

RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA DOS GRUPOS ECONÔMICOS

9.1 Introdução.....	211
9.2 Grupos econômicos.....	212

RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA

9.2.1 Grupo econômico de direito (ou convencional).....	212
9.2.2 Grupos econômicos de fato	213
9.2.2.1 Grupo econômico de fato por relações societárias.....	214
9.2.2.2 Grupo econômico de fato presumido	216
9.3 Da imprescindível distinção entre separação societária meramente formal (“grupo econômico irregular”) e grupos econômicos de fato	218
9.4 Responsabilidade tributária e patrimonial dos grupos econômicos	222
9.4.1 Art. 124, I do CTN	224
9.4.2 Art. 124, II, do CTN conjugado com o art. 30, IX, da Lei 8.212/91	226
9.4.3 Art. 50 do Código Civil.....	229
9.4.4 Art. 149, VII, do CTN	232
9.5 Sucessão empresarial decorrente de dilapidação patrimonial e grupos econômicos de fato.....	233
9.6 Da necessidade de citação de todos os componentes do grupo econômico	235
9.7 Incidente de Desconsideração da Personalidade Jurídica - IDPJ	236
9.8 Opera-se a prescrição intercorrente no redirecionamento da execução fiscal para grupos econômicos?	241
9.9 Segregação de atividades empresariais e limites para desconsideração da “sociedade paralela”..	246
9.10 Medida Cautelar Fiscal	250
9.11 Conclusão final: responsabilidade solidária por atos lícitos e ilícitos e seus fundamentos legais .	255

Capítulo X

O CÓDIGO CIVIL DE 2002 E A RESPONSABILIDADE DOS SÓCIOS E ADMINISTRADORES

10.1 A importância dos conceitos de direito civil para a correta compreensão e aplicação do direito tributário	257
10.2 Superioridade hierárquica das normas veiculadas no CTN sobre as constantes do Código Civil	259
10.3 Conceito e nascimento da personalidade jurídica das sociedades empresárias e das simples	261
10.3.1 Sociedades irregulares e sociedades de fato	263
10.4 As sociedades empresárias e simples e a interpretação da legislação fiscal anterior ao advento do Código Civil de 2002	264
10.5 Responsabilidade dos sócios, dos acionistas e dos administradores em face do Código Civil de 2002.	266
10.5.1 Responsabilidade dos empresários.....	267
10.5.2 Responsabilidade dos incapazes	267
10.5.3 Responsabilidade nas sociedades não personificadas.....	270
10.5.3.1 Responsabilidade nas sociedades em comum.....	271
10.5.3.2 Responsabilidade nas sociedades em conta de participação	273
10.5.4 Responsabilidade nas sociedades personificadas	274
10.5.4.1 Responsabilidade nas sociedades simples	275

RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA

10.5.4.2	Responsabilidade nas sociedades em nome coletivo.....	283
10.5.4.3	Responsabilidade nas sociedades em comandita simples	284
10.5.4.4	Responsabilidade nas sociedades limitadas.....	286
10.5.4.5	Responsabilidade nas sociedades anônimas.....	290
10.5.4.6	Responsabilidade nas sociedades em comandita por ações.....	292
10.5.4.7	Responsabilidade nas sociedades cooperativas	293
10.6	Resumo das responsabilidades dos sócios e dos acionistas no Código Civil de 2002.....	294
REFERÊNCIAS	297